

O VERDADEIRO SENHOR DOS ARQUIVOS

Maurício Matos

Não se mexeria do seu canto, não entraria na Conservatória nem que lhe viessem prometer a fortuna inaudita de descobrir o documento que mais procurado tem sido desde que o mundo é mundo, nem mais nem menos que o registo oficial do nascimento de Deus.

José Saramago. Todos os nomes.

Um livro sobre todos e sobre nenhum: o subtítulo do *Zaratustra* de Nietzsche, ainda que com breves – mas significativas – alterações, encontraria lugar muito apropriado em *Todos os nomes*, de José Saramago. Todavia, tudo leva a crer que o título deste livro, como ordinariamente ocorre na produção deste autor, dispense qualquer complemento. Sua referência, encontramos-la discretamente enunciada, já quase ao final do romance:

Da mesma maneira que a Conservatória do Registro Civil, [...], a divisa não escrita deste Cemitério Geral é Todos os Nomes, embora deva reconhecer-se que, na realidade, à Conservatória é que estas três palavras assentam como uma luva, porquanto é nela que todos os nomes efetivamente se encontram, tanto os dos mortos como os dos vivos, ao passo que o Cemitério, pela sua própria natureza de último destino e último depósito, terá de contentar-se sempre com os nomes dos finados.¹ [grifos nossos]

Além desta divisa, homônima para a Conservatória Geral do Registo Civil e para o Cemitério Geral, não sabemos o nome sequer da cidade onde se encontram instaladas estas duas instituições, nem do possível país em que esta cidade se insere. As personagens são indicadas por suas características mais marcantes, por exemplo: a “senhora do rés-do-chão direito” é identificada por uma referência superficial à localização de seu apartamento no edifício onde reside; o “conservador”, por seu cargo; a “mulher desconhecida,” por sua condição misteriosa.

Poderíamos acreditar, portanto, que a ironia – tão cara ao autor de *História do Cerco de Lisboa* – seria a responsável pela atribuição do título *Todos os nomes* a um romance onde escassamente os encontramos. Contudo, a escolha de um nome significa a eliminação de todas as outras possibilidades, o que nos leva a supor que, quando não se atribui um nome a determinada personagem, nenhuma possibilidade é eleita e, com isto, nenhuma é descartada. Portanto, o caráter anônimo do espaço da narrativa, bem como o da invocação das personagens, encontra-se em plena coerência com o título do romance; por exemplo, a Conservatória é necessariamente vinculada a uma cidade, que não é identificada e que pode, portanto, ser qualquer uma: todas as cidades.

A questão do nome é, sem dúvida, crucial e atravessa boa parte da obra de José Saramago. Blimunda em *Memorial do Convento*, Marcenda em *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, Ouroana e Mogueime em *História do Cerco de Lisboa* são alguns exemplos de nomes engenhosos, não escolhidos, mas criados, provavelmente, a partir do mesmo impulso criativo empregado na configuração da trama que os enreda. Contudo, se nestes casos os nomes chamam nossa atenção em virtude de sua estranha e poética sonoridade, a partir de *Ensaio sobre a Cegueira*, desperta-nos a curiosidade sua inexistência – neste caso, total.

*Decidi que não haverá nomes próprios no Ensaio, ninguém se chamará António ou Maria, Laura ou Francisco, Joaquim ou Joaquina. [...] Prefiro, desta vez, [...], que o leitor não saiba nunca de quem se trata, que quando alguém lhe apareça na narrativa se pergunte se é a primeira vez que tal sucede, se o cego da página cem será ou não o mesmo cego da página cinquenta, enfim, que entre, de facto, no mundo dos outros, esses a quem não conhecemos, nós todos.*²

De fato, para além da “senhora do rés-do-chão direito,” da “mulher desconhecida” e do “conservador” – que respondem individualmente por suas respectivas “alcnhas” –, dos quinze funcionários da Conservatória de *Todos os nomes*, onde se passa a maior parte da trama, apenas distinguimos dois. Os demais encontram-se divididos e equalizados, respeitando três categorias hierárquicas: oito auxiliares de escrita, quatro oficiais e dois subchefes, desprovidos de qualquer alcunha que os identifique

e diferencie. Assim, bem como no *Ensaio sobre a Cegueira*, não sabemos, por exemplo, se o subchefe, que na página catorze sugere ao conservador uma reorganização do arquivo dos mortos, é o mesmo a quem o Sr. José informará que está doente à página cento e vinte e três.

Mas, quem é o Sr. José? Dissemos no parágrafo acima que, dos quinze funcionários da Conservatória Geral do Registo Civil, distinguíamos apenas dois: o conservador, que, por ser apenas um, dispensa qualquer outra apresentação além de sua patente, e este Sr. José, um dos oito auxiliares de escrita e personagem central da história, que sem um nome próprio, a julgar pela economia narrativa do romance, não diferiria em nada dos outros sete – a menos que alguma característica particular o individualizasse, como ocorre com a “senhora do rés-do-chão direito” ou com a “mulher desconhecida.”

Além do seu nome próprio de José, o Sr. José também tem apelidos, dos mais correntes, sem extravagâncias onomásticas, um do lado do pai, outro do lado da mãe, segundo o normal, legitimamente transmitidos, como poderíamos comprovar no registo de nascimento existente na Conservatória se a substância do caso justificasse o interesse e se o resultado da averiguação pagasse o significado de confirmar o que já se sabe.³

O Sr. José certamente é o único não anônimo em *Todos os nomes*. Dir-se-ia precipitadamente que esta particularidade se deve ao fato de o Sr. José encarnar a personagem principal do romance. Contudo, como já vimos, o anonimato, ao contrário de uma nódoa na configuração da personagem, exerce no livro a função de incluir em seu significado a possibilidade de *todos os nomes* – o que faria do Sr. José, aprisionado em seu próprio nome, uma personagem mais restrita que as demais.

José pode ser um nome comum, mas, exatamente por isso, não é um nome qualquer. Além de ser o próprio nome do autor, é o título de um poema de Carlos Drummond de Andrade, a partir do qual Saramago escreveu a crônica *E agora, José?*, inserida na coletânea *A Bagagem do Viajante*:

Considero privilégio meu dispor deste verso, porque me chamo José e muitas vezes na vida me tenho interrogado: “E agora?” Foram aquelas horas em que o mundo escureceu, em que o desânimo se fez muralha, [...]. “E agora, José?” [...] Mas outros Josés andam pelo mundo, não o esqueçamos nunca. A eles também sucedem casos [...] de que saem às vezes vencedores, às vezes vencidos. Alguns não têm nada nem ninguém a seu favor, [...]. A esses, que chegaram ao limite das forças, [...], sem coragem para o último ainda que mortal arranco, é que a pergunta de Carlos Drummond de

Andrade deve ser feita, como um derradeiro apelo ao orgulho de ser homem: “E agora, José?” ⁴ [grifos nossos]

Após estas primeiras linhas que glosam – por assim dizer – o verso de Drummond, Saramago envereda por uma breve narrativa: “Um outro José está diante da minha mesa. [...] Sei que se chama José Júnior [...] e vive em São Jorge da Beira;” e segue narrando acontecimentos emblemáticos que, no entanto, não têm muita pertinência em relação ao tema deste trabalho, senão quando enuncia o seguinte: “Escrevo estas palavras a muitos quilômetros de distância, não sei quem é José Júnior, e teria dificuldade em encontrar no mapa São Jorge da Beira. Mas estes nomes apenas designam casos particulares de um fenômeno geral;”⁵ ou seja, são apenas nomes, que não indicam pessoas ou lugares determinados, mas sim a humanidade e seu mundo como um todo, o que faz absolutamente compreensível a relação do verso “E agora, José?” com o “derradeiro apelo ao orgulho de ser homem,” a ele atribuído por José Saramago.

Visto com esta amplitude, o nome José perde até mesmo o seu vínculo milenar com o gênero masculino e passa a indicar tanto Antônios, quanto Lauras, Franciscos, Joaquins, Joaquinas, Fernandos, Ricardos e Lídias, bem como pode indicar também os nomes que não nos são informados, como o da “senhora do rés-do-chão direito” e o da “mulher desconhecida.” Desta forma, José é a metonímia de *todos os nomes* e de todos os homens. Homens e mulheres, está claro, pois poderíamos mudar o verso para “E agora, Maria?” e não estaríamos adulterando o seu significado, nem sua métrica.

Feita a relação Saramago / Drummond, voltemos nossa atenção ao poema deste, e perceberemos como, nele, o significado de seu próprio título – “José” – é posto em cheque logo na primeira estrofe:

*E agora, José?
A festa acabou,
a luz apagou,
o povo sumiu,
a noite esfriou,
e a gora, José?
e agora, você?
você que é sem nome,
que zomba dos outros,
você que faz versos,
que ama, protesta?
e agora, José? [grifo nosso]*

O primeiro verso introduz a questão, “E agora, José?”, indicando uma situação limite em que se insere um sujeito (José), a quem compete fazer alguma coisa. Do segundo ao quinto verso, observa-se a sugestão desta situação: “A festa acabou, \ a luz apagou, \ o povo sumiu, \ a noite esfriou;” donde depreende-se que o sujeito invocado está em silêncio, no escuro, sozinho e com frio. A partir de então, o enfoque passará da situação ao sujeito. Assim, podemos perceber no oitavo verso – “você *que* é sem nome” – o primeiro de uma série de cinco pronomes relativos: “*que* zomba dos outros, / você *que* faz versos”, estando o último substituído por uma vírgula, no décimo primeiro verso: “*que* ama, protesta”. O último verso da primeira estrofe reintroduz a questão motivadora do poema – com a força de um “Ser ou não ser?” – “E agora, José?”

Temos, portanto, um “José” – um “você” – para vários predicados: “que zomba dos outros”, “faz versos”, “ama” e “protesta”; mas, principalmente, temos no poema de Carlos Drummond de Andrade um “José” – “um você” – “que é sem nome” e que, portanto, pode encarnar, como no caso do romance de Saramago, a metonímia de *todos os nomes*, de todos os homens, de todos os vocês. Donde, podemos depreender e reforçar a equivalência literária (brasileira e portuguesa): *José todos os nomes*.

José Saramago não é, todavia, o primeiro José português a abordar o poema – seu homônimo – de um Carlos brasileiro, que soube encontrar em José as letras de seu próprio nome, e escrevê-las como ele só. José Cardoso Pires já o glosara numa crônica de teor literário-político, que intitula uma coletânea sua: “E agora, José?” O mesmo verso, José Gomes Ferreira já o utilizara como epígrafe para o poema “Agora, apodrecer.”

É de se abrir um parêntese e assinalar como – não raro – José portugueses preocupam-se e deleitam-se com o próprio nome, numa postura curiosa em relação à tão cultuada questão heteronímia, dando rumo diverso a uma já tradicional atração onomástica – por assim dizer – assumida na literatura por um Fernando – o Pessoa, está claro; e assim valerá ainda o registro de um outro José, contemporâneo deste, o de Almada Negreiros, que inicia o seu romance *Nome de Guerra* conjecturando acerca da adequação do nome à pessoa a que corresponde:

Das duas uma: ou as pessoas se fazem ao nome que lhes puseram no baptismo, ou ele tem de seu o bastante para marcar a cada um. Será imprudente deduzir o nome próprio através das fisionomias ou dos caracteres; no entanto, uma vez conhecido o nome próprio de uma pessoa, ficamos logo convencidos de que este lhe assenta muito bem.⁶ [grifos nossos]

De fato, considerando as observações de Almada Negreiros, chegaremos à conclusão de que o Sr. José, no romance de José Saramago, poderia até mesmo ter um outro nome, mas nenhum lhe assentaria tão bem quanto este; nenhum outro permitiria a relação com o poema de Drummond com toda a carga significativa que comporta, em sua simplicidade. Todavia, não nos esqueçamos de que cada José é um José, assim como cada homem é um homem, pois “o que à primeira vista é igual para todos,” “na realidade é diferente para cada um.”⁷ Todos os anônimos do romance podem ser José, mas cada qual com seu nome, e seu segredo.

É o Sr. José o homem em sua eterna busca do desconhecido, que neste caso específico é representado pela “mulher desconhecida,” cujo verbete lhe caiu às mãos através do acaso que, segundo as palavras do narrador, “não escolhe, propõe.”⁸ Segundo a “senhora do rés-do-chão direito,” “o processo de uma pessoa é o processo de todas,”⁹ portanto, se o Sr. José encarna o papel da humanidade em sua busca, a “mulher desconhecida” representa metonimicamente o objeto desta busca, ou seja, o próprio desconhecido.

Cabe agora perguntar: e a Conservatória, o que representa? Antes de responder a esta pergunta – se é que resposta há – verifiquemos como funciona este órgão burocrático, onde trabalha o Sr. José há vinte e cinco anos, sem jamais ter tido uma promoção. Arquiteticamente, trata-se de uma “sala rectangular onde os funcionários trabalham, separados do público por um balcão comprido que une as duas paredes laterais.”¹⁰ Atrás do balcão, há, sucessivamente, oito, quatro e duas mesas, ocupadas, respectivamente, pelos auxiliares de escrita, pelos oficiais e pelos subchefes, e uma última e isolada, que, como era de se esperar, pertence ao conservador. O espaço restante da Conservatória é dividido

[...] em duas grandes áreas, a dos arquivos e ficheiros de mortos e a dos ficheiros e arquivos de vivos. Os papéis daqueles que já não vivem encontram-se mais ou menos arrumados na parede traseira do edifício, cuja parede do fundo, de tempos em tempos, em consequência do aumento imparável do número de defuntos, tem de ser deitada abaixo e novamente levantada uns metros adiante. Como será fácil concluir, as dificuldades de acomodação dos vivos, [...] são muito menos prementes, e têm sido resolvidas, até agora, de modo razoavelmente satisfatório, [...].¹¹ [grifos nossos]

Reparemos, portanto, que o narrador, ao referir-se às “dificuldades de acomodação dos vivos” não faz referência, como era de se esperar, a seus papéis, mas sim a eles próprios (ou nós), os próprios vivos; viramos a página e deparamo-nos com um caso semelhante, diz o narrador: “os mortos” e corrige-se imediatamente “isto é, os papéis deles;” adiante, à página trinta e cinco,

encontraremos o Sr. José “a folhear [...] vidas.” Conseqüentemente, percebemos uma identificação – na economia narrativa do romance – entre os documentos e as pessoas, vivas ou mortas, a que estes se referem. Por motivos que não vêm ao caso, o Sr. José irá transcrever para um verbete em branco os dados referentes a determinada figura notória, neste caso, um bispo:

[...] com a mão ainda trêmula, começou a copiar para os impressos em branco os dados identificadores do bispo, o nome completo, sem lhe faltar um apelido ou uma partícula, a data e o lugar do nascimento, os nomes dos pais, os nomes dos padrinhos, o nome do pároco que o batizou, o nome do funcionário da Conservatória que o registou, todos os nomes. [E acrescenta] [...] pôde nele mais a satisfação e o orgulho de ter ficado a conhecer tudo, foi esta a palavra que disse, Tudo, da vida do bispo.¹² [grifos nossos]

Como se pode perceber, toda a vida do bispo resume-se – ao menos no “labirinto confuso” da cabeça do Sr. José – às informações contidas no verbete que lhe cabe, entre os inúmeros que abarrotam a velha Conservatória; e, como “o processo de uma pessoa é o processo de todas,” a todas deve se estender esta regra. Somos levados, portanto, à suspeita de que as personagens deste livro não sejam mais que seus nomes, nomes estes que desconhecemos, exceto o do Sr. José, como já foi dito. Esta suspeita deixa de ser apenas suspeita quando chegamos ao momento em que o Sr. José vai ao Cemitério Geral em busca da sepultura da “mulher desconhecida.” Pelo fato do Cemitério ser labiríntico, o funcionário que o atende não encontra outra forma para lhe explicar o caminho, senão através de um mapa:

[...] identificá-la-á [a sepultura da “mulher desconhecida”] pelo número, E pelo nome, Sim, se já o tem, mas são os números que contam, os nomes não caberiam no mapa, seria preciso um do próprio tamanho do mundo, Escala um por um, Sim, escala um por um [...].¹³ [grifos nossos]

Ora, se para que os nomes pudessem ser inscritos no mapa seria preciso um mapa de escala um por um, ou seja, do tamanho do mundo, então, ao menos espacialmente, neste romance, os nomes assumem as dimensões das pessoas a que correspondem. Sendo as pessoas os nomes que possuem, e o conjunto das pessoas, o mundo em que habitam, a Conservatória Geral do Registo Civil não pode representar outra coisa senão a totalidade que normalmente se atribui como característica primeira do mundo: um mundo

de nomes, de todos os nomes; o que nos parece evidente na seguinte passagem destacada:

Parou por um momento [o Sr. José] a olhar a secretária do chefe [ou conservador], nimbada pela luz esquálida que descia do alto, sim, era o que devia fazer, ir sentar-se naquela cadeira, a partir de hoje seria ele o verdadeiro senhor dos arquivos, só ele podia, se quisesse, tendo de passar aqui os dias por obrigação, viver por vontade sua também as noites, o sol e a lua a girarem sem descanso à volta da Conservatória Geral do Registo Civil, mundo e centro do mundo.¹⁴ [grifos nossos]

Desta forma, se a Conservatória Geral do Registo Civil é “mundo e centro do mundo,” quem seria este “verdadeiro senhor dos arquivos,” cuja secretária o Sr. José tanto cobiça? A resposta pode ser óbvia. Certamente, não faltam traços da *onisciência* do conservador no discurso do Sr. José, que destacamos, em conversa com a “senhora do rés-do-chão direito:”

[...] o meu chefe, por exemplo, [...] sabe de cor todos os nomes que existem e existiram, todos os nomes e todos os apelidos, [...] O cérebro de um conservador é como um duplicado da Conservatória, [...] Sendo, como é, capaz de realizar todas as combinações possíveis de nomes e apelidos, o cérebro do meu chefe não só conhece os nomes de todas as pessoas que estão vivas e de todas as que morreram, como poderia dizer-lhe como se chamarão todas as que vierem a nascer daqui até o fim do mundo, [...].¹⁵ [grifos nossos]

A *perfeição* também está presente, desta vez na fala do próprio conservador: “a única pessoa, aqui, que não comete faltas, sou eu.”¹⁶ Também a *providência* lhe é característica, revelada na inesperada atenção com a qual se dedica pessoalmente ao tratamento do Sr. José, quando este lhe aparece febril; e, finalmente, o estranhamento de todos os funcionários da Conservatória – inclusive do próprio Sr. José, e também do leitor – em relação a estas mesmas atenções, aparentemente injustificáveis, dispensadas pelo terrível “conservador” a um dos seus oito subordinados de mais baixa hierarquia, este estranhamento, como dizíamos, remete-nos ao *Desconcerto do Mundo*, tão caro aos poetas do Renascimento; e segundo António José Saraiva:

Se aparentemente há no mundo sòmente acontecimentos ou casos, se os benefícios são repartidos injustamente, se não há ordem ou regimento visível, se a fortuna parece dominar com o seu capricho e a única divindade ser o Desconcerto, é porque os desígnios de Deus transcendem a compreensão dos homens. O que para Deus é justo parece injusto aos homens; o que a Deus é evidente parece aos homens profundo, encoberto e escondido.¹⁷ [grifos nossos]

Desta forma, concluímos que, certamente, neste mundo de nomes, se o Sr. José é o homem, então, a Conservatória é o mundo e o conservador, deus; um deus terrível e surpreendente que, nas últimas páginas do romance, irá tornar-se cúmplice do homem, e de todos os homens, em nome da vida; da vida dos vivos e da vida dos mortos: de todas as vidas. Trata-se, portanto, de um livro sobre todos os nomes, e sobre nenhum, que nome nenhum é o nome de deus.

Finalmente, deixemos o Sr. José numa daquelas inúmeras páginas críticas, para ele criadas por José Saramago, e nas quais lhe caberia a pergunta de Drummond, certamente como “um derradeiro apelo ao orgulho de ser homem” — “E agora, José?”:

Imagine agora quem puder o estado de nervos, a excitação com que o Sr. José abriu pela primeira vez a porta proibida, o calafrio que o fez deter-se à entrada, como se tivesse posto o pé no limiar duma câmara onde se encontrasse sepultado um deus cujo poder, ao contrário do que é tradicional, não lhe adviesse da ressurreição, mas de tê-la recusado. Só os deuses mortos são deuses sempre. [grifos nossos]

Referências Bibliográficas:

- NEGREIROS, José de Almada. *Nome de guerra*. Lisboa: INCM, 1986.
- PIRES, José Cardoso. *E agora, José?* Lisboa: Moraes, 1977.
- ANDRADE, Carlos Drumond de. *Antologia poética*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1962.
- FERREIRA, José Gomes. *Poesia – III*. Lisboa: Portugalia, 1961.
- SARAIVA, António José. *Luís de Camões*. Lisboa: Europa-América, 1972.
- SARAMAGO, José. *A bagagem do viajante*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- _____. *Cadernos de Lanzarote*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- _____. *Todos os nomes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

Notas

- ¹ SARAMAGO, José. *Todos os nomes*, pp. 233-4.
- ² Idem. *Cadernos de Lanzarote*, pp. 101-2.
- ³ Idem. *Todos os nomes*, p. 19.
- ⁴ Idem. *A bagagem do viajante*, pp. 33-4.
- ⁵ Idem, *ibidem*. p. 34.
- ⁶ NEGREIROS, José de Almada. *Nome de guerra*, p. 27.
- ⁷ SARAMAGO, José. *Todos os nomes*, p. 56.
- ⁸ Idem, *ibidem*, p. 47.
- ⁹ Idem, *ibidem*, p. 63.
- ¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 12.
- ¹¹ Idem, *ibidem*. p. 13.
- ¹² Idem, *ibidem*, p. 27.
- ¹³ Idem, *ibidem*. p. 224.
- ¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 28.
- ¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 62.
- ¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 79.
- ¹⁷ SARAIVA, António José. *Luís de Camões*, p. 118.